



## O Cadete

Revista Científica da Academia Militar

Website da revista: [www.revistacientifica.am.ac.mz](http://www.revistacientifica.am.ac.mz)



# EMANCIPAÇÃO DA MULHER COMO UM VALOR DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE MOÇAMBIQUE

Francisco Zacarias Mataruca<sup>1</sup>

<sup>1</sup>Doutorando, Comandante da Academia Militar Marechal Samora Machel, Nampula, Moçambique.

## Resumo

Desde os primórdios da humanidade, quando o homem passou a ser caçador e recolector, diversos acontecimentos, moldados pelo tempo e pelo contexto, contribuíram, de diferentes formas, para conceder ou negar às mulheres os seus direitos inalienáveis. Em muitas sociedades, incluindo a moçambicana, as mulheres continuam privadas da liberdade de escolha simplesmente por serem mulheres. Historicamente, a discriminação de género fez com que a sua luta assumisse características moldadas pelo meio em que se inseriam – influenciado por factores mágico-religiosos, culturais ou até preconceitos considerados naturais. Com base na teoria dos valores e na sua ligação à teoria da emancipação de Welzel, este artigo propõe uma reflexão sobre como a luta de libertação nacional moçambicana contribuiu para a emancipação das mulheres, tornando-a um valor intrínseco à própria luta. Trata-se de um estudo exploratório que recorre à análise de diversos artigos científicos e estudos de caso desenvolvidos por investigadores de diferentes matizes. A pesquisa revela que a exclusão da mulher é parte de um projecto de dominação e poder, e mostra-se relevante porque, assim como no passado, quando as mulheres participaram activamente na luta pela libertação e defesa da Pátria, os desafios contemporâneos – marcados, por exemplo, pelo terrorismo – exigem novamente o seu envolvimento patriótico. O artigo apela aos líderes sociais, políticos e militares a repensarem o papel e o contributo das mulheres na superação dos desafios actuais. Para combater o preconceito masculino em relação à sua competência, sugere-se a nomeação de mulheres capazes para cargos de liderança.

**Palavras-chave:** Emancipação da Mulher, Valor, Mulher Moçambicana, Luta de Libertação Nacional.

## Abstract

Since the dawn of humanity, when man became a hunter and gatherer, various events, shaped by time and context, have contributed in different ways to either grant or deny women their inalienable rights. In many societies, including Mozambique, women continue to be deprived of the freedom of choice simply because they are women. Historically, gender discrimination has caused their struggle to take on characteristics shaped by their environment – influenced by magical-religious factors, cultural norms, or even prejudices considered natural. Based on value theory and its connection to Welzel's theory of emancipation, this article proposes a reflection on how the Mozambican national liberation struggle contributed to the emancipation of women, making it an intrinsic value of the struggle itself. This is an exploratory study that draws on the analysis of various scientific articles and case studies developed by researchers from different backgrounds. The research reveals that the exclusion of women is part of a project of domination and power, and it proves relevant because, just as in the past – when women actively participated in the struggle for the liberation and defence of the Homeland – contemporary challenges, such as terrorism, once again demand their patriotic involvement. The article calls on social, political, and military leaders to reconsider the role and contribution of women in overcoming current challenges. To combat male prejudice regarding their competence, it is suggested that capable women be appointed to leadership positions.

**Keywords:** Women's Emancipation, Value, Mozambican Woman, National Liberation Struggle.

## Informações do Artigo

### Histórico:

Recepção: 25 de Janeiro de 2025

Aprovação: 30 de Março de 2025

Publicação: 07 de Abril de 2025

## Contacto

Francisco Zacarias Mataruca ✉ [franciscomataruca@gmail.com](mailto:franciscomataruca@gmail.com)



F. Z. Mataruca

## 1. Introdução

Conhecer a história das mulheres é indispensável e essencial para compreender o processo da sua emancipação. Antes de avançar, é preciso afirmar que, assim como os homens, as mulheres são e sempre foram sujeitos e agentes da história, porquanto compartilharam (e ainda compartilham) o mundo e o trabalho tal qual os homens. É preciso, igualmente, reforçar argumentos segundo os quais, em todas as épocas, as mulheres são peças centrais para a criação da sociedade na qual dividem com os homens a preservação da memória colectiva, que dá forma ao passado, tomando-o tradição cultural, fornecedora do elo entre gerações e conectora do passado, presente e futuro. A tradição oral, mantida viva em forma de poemas, provérbios, cânticos e mitos, é obra de homens e mulheres que a preservaram em folclore, arte e ritos.

Este artigo procura revelar a seriedade com que a emancipação das mulheres foi considerada como um valor da luta de libertação nacional em Moçambique. Trata-se de um estudo exploratório que recorre à análise de diversos artigos científicos e estudos de caso desenvolvidos por investigadores de diferentes matizes. Quer dizer, do ponto de vista metodológico, adotou-se concomitantemente uma abordagem qualitativa, combinando pesquisa exploratória, explicativa, descritiva, bibliográfica e documental, interpretadas à luz da análise de conteúdo. Durante esse período, ficou claro que as diferenças de género, de per si, não poderiam causar problemas sociais e que a inclusão das mulheres no projecto de libertação nacional não era apenas necessária, mas sobretudo de grande relevância para superar as desigualdades sociais. Por exemplo, em Moçambique, quando as autoridades coloniais impuseram o trabalho

assalariado obrigatório, vulgarmente conhecido por chibalo, que deveria ser realizado exclusivamente por homens (Santana, 2009, p. 69), em muitas famílias do sul do país, a ausência de um homem era compensada por mulheres (Zamparoni, 2001, p. 81).

Como adiante se constatará, os protagonistas do ideal libertário estavam cientes de que um grande esforço intelectual era necessário com vista a derrubar a masculinidade dominante para que as mulheres alcançassem a sua liberdade. Para elas, a destruição de tabus e mitos era igualmente necessária para garantir liberdade, igualdade, democracia e prosperidade. Ambos os sexos começaram a compreender que, se ignorassem as relações de género, estas se tornariam a fonte de toda a desigualdade e alimentariam ainda mais a exploração. Não há outra maneira de alcançar a verdadeira liberdade, igualdade, democracia e moralidade mantendo o sexismo que, neste artigo, é considerado uma ideologia de poder.

Uma farta literatura, de autores, tais como Cabral (1976), Ferreira e Carlet (2017), Santos (2010), entre outros, já comprovou que a cultura africana, que era um valor em si mesma, foi desqualificada pelo regime colonial para manter o povo na ignorância, pois somente assim seria possível evitar a rebelião. Sob este prisma, Amílcar Cabral recomendava cautela tanto cultural quanto politicamente, pois “nem tudo o que brilha é ouro: dirigentes políticos – mesmo os mais célebres – podem ser alienados culturais” (Cabral, 1976, p. 226), desvirtuando o sentido e os objectivos da luta do povo. J. Flávio Ferreira e Flávia Carlet forneceram uma análise detalhada de como povos oprimidos encontraram estruturas históricas de violência, repressão e subjugação de suas identidades e modos de vida (Ferreira e Carlet, 2017, p. 1915). O trabalho de Boaventura de Sousa



F. Z. Mataruca

Santos (2010) examina o sofrimento e a pilhagem histórica que os povos negros suportaram por meio da apropriação de territórios, da escravização à sombra da economia escravista e do arraigamento da "ideia" de que suas culturas e epistemologias não serviriam de forma alguma à construção da modernidade e da nacionalidade.

De forma lapidária, (Cabral 1976) explica que, tendo em conta que a emancipação das mulheres havia agregado valor ao processo de luta, as acções do movimento de libertação deviam estar baseadas no conhecimento profundo da cultura do povo, o que implicaria a apreciação dos elementos dessa cultura em seu verdadeiro valor, bem como os diferentes níveis que ela atingia em cada categoria social. Dentro da totalidade dos valores do povo, eles deviam ser capazes de distinguir entre aspectos essenciais e secundários, positivos e negativos, progressistas e reaccionários, fortes e fracos, de acordo com as exigências da luta. Para Cabral,

“A cultura, fruto da história, reflecte, a cada momento, a realidade material e espiritual da sociedade, do homem-indivíduo e do homem-ser social, face aos conflitos que os opõem à natureza e aos imperativos da vida em comum. Daí que qualquer cultura comporte elementos essenciais e secundários, forças e fraquezas, virtudes e defeitos, aspectos positivos e negativos, factores de progresso e estagnação ou regressão. Daí igualmente que a cultura – criação da sociedade e síntese dos equilíbrios e soluções que elabora para resolver os conflitos que a caracterizam em cada fase da história – seja uma realidade social independente da vontade dos homens, da cor da pele ou da forma dos olhos” (Cabral, 1976, pp. 229-230).

Levando a discussão adiante, parece-nos verossímil aceitar que as mulheres são as que

melhor preservam a cultura em qualquer sociedade. Portanto, o envolvimento delas nas tarefas e fases da luta contribuiu significativamente para o processo de libertação, o que tornava cada vez mais necessária uma análise selectiva dos valores culturais no contexto da luta. Os valores negativos da cultura eram, em geral, um obstáculo ao desenvolvimento da luta e à construção desse progresso. Esta necessidade tornou-se ainda mais aguda nos casos em que, para combater a violência colonial, era necessário mobilizar e organizar o povo sob a liderança de uma organização política sólida, organizada e disciplinada para recorrer à luta armada de libertação nacional, expressão mais complexa da vitalidade cultural do povo, da sua identidade e da sua dignidade.

## 2. Valor

A FRELIMO<sup>1</sup>, na sua luta para derrubar o regime colonial, introduziu a emancipação da mulher como um valor, ao lado de outros valores que se foram formando durante este processo (Machel, 1979). Com base no exposto, pode ser colocada a seguinte questão: o que é o valor? Se, de acordo com Giddens (2010, p.705), valores são “ideias de indivíduos ou grupos acerca do que é desejável, decente, bom ou mau ”, para Moreira (2023, p.19) são:

num sentido ético e moral, princípios que estabelecem um padrão de comportamento comum, necessário à sustentação da vida colectiva e ao funcionamento justo e harmonioso da sociedade. Não são necessariamente escritos nem possuem a força de lei, mas são reconhecidos pela sociedade como orientações comportamentais essenciais ao funcionamento

---

<sup>1</sup>Este artigo adopta a terminologia FRELIMO para designar Frente de Libertação de Moçambique, não Frelimo, partido.





F. Z. Mataruca

aconteceu porque, ao longo dos anos, através de diferentes mecanismos apoiados em diferentes teorias, as várias sociedades que compunham o mosaico etnocultural moçambicano subjugaram as mulheres de uma forma ou de outra, mesmo tendo consciência do papel extremamente importante que estas desempenhavam em várias esferas. É importante salientar, a esse propósito, que o estudo dos valores pertence a um ramo da filosofia denominado axiologia (Rosental & Iudin, 1972).

### 3. Competência da mulher no trabalho

Para avaliar o grau de competência da mulher, é necessário considerar também o seu lugar na divisão social do trabalho. Ela é procriadora, educadora, trabalhadora/produzidora, libertadora, defensora e pacificadora ou construtora da paz. Porém, durante muitos anos, coube-lhe apenas o papel referente à esfera do privado, no que diz respeito a cuidar dos filhos, do marido e das tarefas domésticas (Salvagni & Nacabarro, 2015).

Embora haja tendência de mudanças significativas na sociedade, acentuada pelo preconceito, ainda existe uma crença estereotipada de que a gestão é uma função predominantemente masculina. As pesquisas sobre a competência das mulheres em cargos de liderança, por exemplo, mostram que existem barreiras à confiança nas mulheres líderes. Alguns dos obstáculos estão relacionados com a conciliação da vida profissional e pessoal, com o machismo e a resistência dos subordinados (Taveira, 2018).

Cabe frisar, a respeito, que as mulheres que ocupam cargos de chefia têm enfrentado o preconceito de género, bem como a discriminação salarial pelo mesmo trabalho em comparação com os homens. Apesar do movimento em direcção a uma sociedade mais igualitária, as mulheres ainda enfrentam

muitos preconceitos e obstáculos na sua busca de afirmação. Isto não nos impede de assumir a necessidade de as mulheres se posicionarem como agentes de mudança. Muitas vezes, elas são forçadas a masculinizar-se, isto é, assumir atitudes e posturas próprias de homens, para serem reconhecidas. No entanto, a experiência mostra que em cargos de liderança, as mulheres são mais propensas a assumir uma liderança transformacional (Spricigo, 2017).

Um dos problemas de que continuam enfermando as sociedades é a confusão entre o sexo e o género, cuja clarificação se revela pertinente. Giddens (2010, p.702) refere-se ao sexo quando se trata das “diferenças anatómicas que separam os homens das mulheres (...). Por sexo entendem-se as características físicas do corpo”, enquanto “o género diz respeito a formas de comportamento socialmente aprendidas”. Dito de outra forma, género enquadra-se nas “expectativas sociais em termos de comportamento tido como apropriado aos membros de cada sexo. Por género não se entendem os atributos físicos em termos dos quais os homens e as mulheres diferem, mas os traços formados socialmente de masculinidade e feminilidade” (Giddens, 2010, p.693). Resumindo, o sexo é natural, biológico, enquanto o género é social, uma construção social. Nesta toada, o sexo não determina nem exerce qualquer influência nas capacidades e competências de um ser humano.

Há casos preocupantes em que as mulheres adiam a maternidade para não prejudicar a vida profissional. Convém realçar, a propósito, que as mulheres em cargos de liderança apresentam níveis elevados de bem-estar, o que pode indicar um bom equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal. Uma vez que as mulheres estão sofrendo para se afirmarem devido ao preconceito ainda enraizado de que são elas as



F. Z. Mataruca

responsáveis pela família, devem ser incentivadas medidas de combate a este fenômeno para facilitar o acesso das mulheres a cargos de liderança (Moller & Gomes, 2010).

Um dos argumentos que apresentámos no início deste artigo é que as mulheres precisam de ser promovidas a cargos de chefia para dissipar os preconceitos masculinos que as rodeiam. Ora, na década de 1960, as mulheres eram frequentemente excluídas da luta armada e de cargos de chefia na FRENTE, sob o pretexto de que não eram adequadas para determinadas tarefas, incluindo o manuseamento de armas (PIDE/DGS, SR I 507/61). Hoje, alega-se que são incompetentes e incapazes de alcançar resultados tangíveis. Porém, temos exemplos que mostram que as mulheres em cargos de chefia eram tão competentes como os homens que ocupavam o mesmo cargo antes delas.

Aliás, a competência da mulher sempre esteve presente onde a masculinidade esteve ausente. Durante o período colonial, a ausência de homens no sul de Moçambique era generalizada e devia-se ao trabalho migratório dos maridos nas minas da África do Sul. Isto levou ao aparecimento de aldeias constituídas maioritariamente por idosos, crianças e mulheres que assumiam o papel de chefes de família. Em muitos locais, eram as primeiras e únicas responsáveis pela sobrevivência da comunidade (Santana, 2009). Vemos, pois, que neste espaço geográfico, a ausência dos maridos em casa, em consequência do trabalho migratório, obrigou as mulheres a assumirem responsabilidades que antes eram de exclusiva competência masculina, dando, consciente e inconscientemente, passos conducentes, de algum modo, aos resultados emancipatórios.

No Norte de Moçambique, à luz da nossa pesquisa, constatámos que muitos homens eram também empregados em

plantações de sisal, algodão e tabaco nos países vizinhos. A ausência deles também era compensada pelas mulheres. A disponibilidade das camponesas macondes para defender os seus territórios realça também a falta de homens nas suas famílias. De um modo geral, os movimentos autónomos de mulheres que se reuniam em torno de preocupações colectivas atestam diferentes fases da sua iniciativa de auto-afirmação.

Estas considerações já foram tidas em conta nas fases iniciais da luta, quando os militantes discutiam a questão da inclusão das mulheres nela. No decurso destes debates, reconheceu-se que as visões tradicionais estavam a ser vergonhosamente desafiadas, principalmente por homens e mulheres jovens. Numa reunião no Niassa, em 1966, um participante reconheceu que as mulheres eram oprimidas pelos seus próprios parceiros, afirmando: “Quando casamos com uma mulher, fechamo-la em casa, onde ela tem de cozinhar para nós e cuidar dos nossos filhos... A protecção que damos às mulheres é uma forma de opressão” (AMC, Caixa 31, n.º 34, Apêndice 2).

Ao mesmo tempo, ainda na vertente da opressão da mulher, outro militante afirmou que existiam paralelismos com a opressão colonial ou a reedição desta. Nas suas palavras: “O homem negro é oprimido pelo homem branco, o seu patrão. Quando chega a casa zangado, tenta fazer o mesmo com a sua mulher, e nesta situação, o homem oprimido tenta também oprimir a sua mulher.” Na mesma reunião, uma mulher presente explicou o quão difícil era para as mulheres mais velhas aceitarem a emancipação: “Nas gerações mais velhas, os homens tinham o seu próprio trabalho: cortar lenha, construir casas, caçar, e as mulheres tinham o seu próprio trabalho: lavar roupa e cozinhar. É por isso que a minha mãe não consegue compreender



F. Z. Mataruca

porque é que o meu marido me ajuda” (AMC, Caixa 31, IM, n.º 35, Anexo 5).

A participação das mulheres na luta tem uma longa história. Desde a introdução do trabalho assalariado, as mulheres têm desempenhado um papel crucial na compreensão da verdadeira natureza da opressão colonial. Eram mais acessíveis e fáceis de organizar do que os homens, porque a sua residência não era tão rigorosamente controlada. Muitos homens, no entanto, eram enviados de um lugar para outro como parte do sistema de trabalho colonial. As mulheres tendiam a permanecer na zona onde viviam durante longos períodos (SCCIM, n.º 781).

Como resultado, em face do exposto, formaram-se laços sociais e políticos mais fortes na sociedade, com as mulheres e as raparigas a servirem como importantes canais de comunicação em todas as fases da luta. Ironicamente, este papel era condicionado pela atitude dos homens que sempre viam as mulheres como apolíticas, por mais duramente que o sistema político as tratasse. Durante a fase de combate, as mulheres não só serviam para transmitir mensagens e manter canais de comunicação, como também escondiam combatentes, armas e munições e, por vezes, numa clara atitude de traição, até entregavam armas escondidas entre as roupas das crianças aos seus alvos. Elas desempenhavam um papel muito importante no cuidado das crianças, que era geralmente da sua exclusiva responsabilidade (AMC, ex. 31, n.º 64, Anexo 3).

A ênfase da FRELIMO na luta comum de mulheres e homens contra o problema da opressão colonial levou à conclusão de que a opressão das mulheres não era um problema entre homens e mulheres, mas que o sistema que tolerava esse problema tinha que ser examinado por homens e mulheres em um esforço conjunto como camaradas para entendê-lo (AOS, UL-32C, ex. 708, pt. 26).

O homem percebeu que estava sujeito ao erro, pois inúmeros exemplos mostravam que, embora o homem se tornasse a figura dominante, quando a mulher não estava em casa para limpar, cozinhar, lavar e passar a ferro, etc, na maioria dos casos, ficava impotente. Esta dependência dos homens dos serviços das mulheres contrariava a ideia de auto-suficiência masculina. O homem tinha de ser libertado desta dependência, tal como a mulher tinha de ser libertada da tendência para o auto-sacrifício que a mantinha na escravidão e a impedia de participar na luta de libertação.

Graças ao diálogo interno aberto sobre as questões femininas, muitas mulheres puderam passar por um treino militar de curta duração e lutar em igualdade de circunstâncias com os homens. A importância desta emancipação das mulheres não pode ser subestimada, dadas as causas tradicionais e coloniais da opressão. Assim, após os sucessos iniciais das mulheres no campo de batalha, muitas jovens declararam abertamente que mais tarde receberiam formação formal e que o seu desejo, na altura, era lutar ao lado de outras. No início, todo o trabalho era, sem dúvida, comum a todos. Todas usavam o mesmo uniforme e era interessante ver a camaradagem com que as raparigas interagiam umas com as outras, uma espécie de vida social sem segregação de género. Na verdade, as mulheres eram atiradoras tão habilidosas que frequentemente acertavam nos seus alvos (AOS, UL-9C, ex. 803, pt. 2).

#### 4. Emancipação para a liberdade

A política da FRELIMO em relação às mulheres era que não havia distinção quanto ao papel que cada género exigia e deveria desempenhar no combate e na tomada de decisões. Ambos os sexos tinham que realizar as mesmas tarefas. A diferença biológica entre



F. Z. Mataruca

homens e mulheres não deveria levar as mulheres a terem menos privilégios na sociedade. A FRELIMO lutava contra a exploração dos homens pelos homens, das mulheres pelos homens e vice-versa – para tomar o controlo e governar a vida do país que lhe tinha sido roubada pelo regime colonial.

Se entendermos como o sistema que favorecia a exploração funcionava e como ele afectava os oprimidos, e se aceitarmos essa situação de opressão, também poderemos entender a causa que transformou as mulheres em objectos passivos, voltados para o prazer. Os depoimentos que citamos acima revelam a determinação que caracteriza a iniciativa e a vontade de luta das mulheres. Aceitar esse novo papel social exigiu enfrentar a desaprovação de alguns membros da FRELIMO e da população, especialmente dos homens. A opressão às mulheres aumentou durante o período colonial não apenas porque elas trabalhavam mais e por mais horas ou eram exploradas sexualmente, mas também por causa dos incentivos da legislação colonial e dos princípios cristãos que reforçavam sua posição inferior (Santana, 2009).

Importa referir, então, que a decisão de incluir as mulheres no processo revolucionário não foi resultado de consenso. Essa experiência gerou ressentimentos e divisões políticas dentro da FRELIMO e, acima de tudo, serviu de impulso para a construção e afirmação de um discurso sobre as mulheres por parte desta organização. O Comité Central da Frente, ao anunciar sua decisão sobre as mulheres, declarou: “condenamos a tendência entre muitos membros masculinos da FRELIMO de excluir sistematicamente as mulheres das discussões sobre problemas relacionados à revolução e limitá-las às tarefas domésticas” (Voz da Revolução, Agosto de 1978, p. 3). Significando que, se as mulheres queriam

participar do combate e demonstravam resultados extraordinários, então havia tendências teóricas na política da FRELIMO, pelo menos aquela que se tornou hegemónica, que legitimavam sua participação. De acordo com a mesma fonte, quando Eduardo Mondlane chamou a atenção para o facto de que ninguém na Frente pensava na possibilidade de mulheres se tornarem oficiais, ele anunciou uma discussão que já havia começado e era inevitável.

Em geral, o discurso da emancipação das mulheres fazia parte do discurso socialista. A partir deste eixo de análise, Casimiro (2004) esclarece que a FRELIMO foi o primeiro movimento socialista a incluir a emancipação das mulheres na luta de libertação nacional. Mesmo antes da colonização do nosso país, havia uma separação entre os papéis de homens e mulheres na sociedade. As mulheres, por exemplo, eram vistas pelos homens como objectos de prazer e uso e pelos maridos como propriedade. E conclui dizendo que havia, então, costumes tradicionais que serviam para oprimir as mulheres. A colonização oprimiu ainda mais as mulheres porque elas também trabalhavam como mão-de-obra barata para seus patrões. Além disso, devido ao trabalho contratado, a mulher ficou separada do marido por um longo tempo e teve que sustentar-se a si mesma e a sua família.

Neste contexto, a mulher entendeu que tinha que participar activamente da luta de libertação nacional para libertar o país do colonialismo e, ao mesmo tempo, libertar a si mesma e o seu companheiro das práticas erradas e costumes injustos que serviam para a manutenção de ambos na posição de servos. Ao fazer isso, ela garantiu sua libertação dentro da estrutura da revolução (Santana, 2009).

As coisas pelas quais a FRELIMO lutava tinham que ser explicadas às massas e



F. Z. Mataruca

elas tinham que fazer parte disso. Por isso, a Liga das Mulheres da FRELIMO organizou seminários e debates em todas as zonas libertadas, nos quais participaram homens e mulheres. Nesses seminários e debates, era claramente explicado por que a emancipação das mulheres era necessária para a libertação de toda a humanidade.

Importa, pois, realçar que a missão da organização feminina não era apenas mobilizá-las para participar da luta nacional, mas também conscientizá-las de que tinham os mesmos direitos e responsabilidades que os homens na tomada de decisões de superiores interesses de seu país. Era declarado que as mulheres deveriam se esforçar para se tornarem companheiras em todas as áreas e não apenas “donas de casa” e que homens e mulheres deveriam entender o sistema de exploração e combatê-lo como camaradas. Ambos entenderam que o caminho era longo, mas a luta tinha de continuar.

A participação das mulheres na luta ressaltou a necessidade de uma melhor educação, e o tempo necessário para isso muitas vezes só poderia ser encontrado dando às crianças a responsabilidade social. Nos centros de saúde e educação da FRELIMO, muitas mulheres que declaravam ter alguma educação ou formação eram aproveitadas. As mulheres que administravam os centros eram responsáveis por garantir que houvesse comida e remédios suficientes e que as crianças fossem bem alimentadas e cuidadas juntas. O horário escolar variava dependendo da idade, tendo as meninas, geralmente, aulas no final da tarde. As crianças, mesmo pequenas, tinham permissão para participar de aulas de política e discussões políticas conjuntas, parte essencial do conceito educacional geral. No início, alguns homens tentaram desobedecer ou não cumprir às suas ordens. Nesses casos, eles tiveram discussões sérias com as activistas envolvidas que

explicavam a eles que a FRELIMO havia dado a essas mulheres tais responsabilidades e poderes por causa de sua inteligência e habilidades (Zimba, 2012).

## 5. Inferiorização da mulher na História

Como já destacado neste artigo, ao longo da História da Humanidade, usando vários mecanismos apoiados em diversas teorias, diferentes sociedades subalternizaram o papel da mulher, mesmo conscientes das importantíssimas funções que ela desempenha em muitas esferas, não só como procriadora, educadora dos filhos, mas também inventora. A esse respeito, Duby e Perrot (1993, p.7) afirmam que “As mulheres foram, durante muito tempo, deixadas na sombra da História. O desenvolvimento da antropologia e a ênfase dada à família, a afirmação da história das mentalidades, mais atenta ao quotidiano, ao privado e ao individual, contribuíram para as sair desta sombra”.

A ideologia patriarcal, enquanto projecto político e de poder, sempre tentou secundarizar e inferiorizar o papel da mulher na construção do mundo, alicercando-se nos pressupostos da “natureza” (biológica), religiosos e culturais. Porém, há muito que as mulheres questionam aquilo que se considera “o estado natural das coisas”. Como diz Marcela Ceribelli: “O silenciamento das mulheres foi tão bem articulado que muitos consideram como mulheres agradáveis aquelas que falam pouco e, preferencialmente, em voz baixa” (Stone, 2019, p. 9) e com a cabeça inclinada, consideradas obedientes e submissas.

As mulheres, como sentenciou o escritor Honoré Balzac (1799-1850), caberia exclusivamente “fazer bater o coração dos homens”, enquanto aconselhava aos homens com apelos de “Não vos inquieteis absolutamente com esses murmúrios, esses



F. Z. Mataruca

gritos, essas dores; a natureza fê-la para nosso uso, e para tudo aguentar: filhos, tristezas, pancadas e penas do homem. Não vos acuseis de dureza. Em todos os códigos das nações ditas civilizadas, o homem escreveu as leis que regulam o destino das mulheres sob essa epígrafe sangrenta” (Beauvoir, 2009, p. 147).

Desde antiguidade, as teorias biológicas são justamente combinadas com os textos religiosos e expressões como sexo fraco, seres inferiores, procriadoras, fonte de pecado, enchem as páginas da história dos estereótipos em torno da mulher. Se a diferença dos corpos é claramente visível, nenhuma sociedade organizou o sistema de relações humanas da mesma forma, com base nessa diferença. Mas há, no entanto, uma espécie de constante, pois quase sempre é a dominação masculina que se estabelece (Héritier, 2011).

A inferioridade de “ordem divina” que atinja as mulheres, somava-se uma inferioridade de “natureza”, que lhes conferia funções e temperamentos específicos, o que as tornava fisicamente fracas, psicologicamente instáveis e intelectualmente inferiores aos homens; menos dotadas para a invenção e criatividade. As teorias biológicas foram responsáveis por levar à discriminação e à subordinação das mulheres, com papel meramente biológico, passivo e marginal na sociedade. Criaram-se postulados que servirão de *álibi* às ideologias que pregam a exclusão das mulheres de certas actividades sociais, políticas, militares, e sua manutenção no lar, nos cuidados maternos e nas tarefas domésticas. Em *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres* pelos *homens*, a historiadora austríaca Gerda Lerner sustenta que a dominação da mulher pelo homem é produto de um desenvolvimento histórico. Não é “natural” ou biológica e, portanto, imutável, de modo que o patriarcado como sistema de organização da sociedade pode ser abolido por processos históricos

(Lerner, 2019).

O paradigma naturalista da diferença entre os sexos provocou não apenas o acesso diferenciado ao saber e à produção, como também marginalizou e demonizou as mulheres que detinham conhecimentos (às vezes chamadas de “bruxas ou feiticeiras”) tal que, diferentemente da mulher colectora de alimentos (essenciais à sobrevivência do clã), só o “homem caçador”, seria principal provedor de alimento para a comunidade e inventor de ferramentas e armas para a sua defesa e, portanto, o principal catalisador da hominização. Porque “toda a história das mulheres foi escrita pelos homens”, como observou Beauvoir (2009), não surpreende que o olhar voltado para os seres humanos seja masculino. Por sua vez, concordante, Héritier (2011, pp. 21-27) esclarece que para quem “em toda parte, em todas as épocas e em todos os lugares, o masculino é considerado superior ao feminino”, a ausência de mulheres na história da evolução humana se deve à “valência diferencial dos sexos”, activa desde os primórdios da humanidade.

Em muitas sociedades, mesmo que a infertilidade/infecundidade seja masculina, ela é atribuída à mulher. No nosso contexto, o romance “Magustana”, do escritor moçambicano Aldino Muianga, é um bom exemplo. Magustana ou Maria Augusta é uma moça que se casa e não engravida durante anos. O marido e a família dele a culpam e a mandam de volta para sua família de origem, que devolve o valor do *lobolo*. Depois de algum tempo, um motorista se envolverá com Magustana, que agora vende couve num mercado local para sobreviver. Um dia, seu ex-marido, passando pelo mercado, vê sua gravidez já bem avançada e desmaia. O final da história é que ele morrerá na cama do hospital, deitado sobre as pernas de Magustana (2011). Por outras palavras, podemos dizer que o desmaio do homem é o



F. Z. Mataruca

reconhecimento de ter acusado injustamente a Magustana e falecer nas pernas desta é a reconciliação póstuma do casal, para se redimir do pecado no “juízo celestial” (Muianga, 1992).

O colonialismo, que inicialmente foi mais incentivado por homens, exacerbou as considerações da diferenciação segundo os sexos (para além da raça) e somente nos últimos anos do domínio europeu pelo mundo é que alguns intelectuais principiaram a investigar com seriedade o problema da ideologia que legitima a dupla opressão da mulher. Uma mudança acontece nos anos 1960-1970, sob pressão dos movimentos feministas que se insurgem contra essas visões caricaturais, mas os preconceitos machistas perduram. Para o caso africano, a entrada das mulheres nas guerras de libertação e o papel por elas desempenhado abala ainda mais a representação de uma visão binária das sociedades: homens fortes, criadores, heróis; mulheres fracas, dependentes e passivas, seminuas e cercadas de filhos que esperam, inquietas ou temerosas, o retorno dos caçadores (Boitard, 1861). Assim, os homens que até então detinham o papel de responsáveis pela sobrevivência de suas comunidades e actores do “progresso” e da “transformação gradual rumo ao melhor” de que falara Michel de Montaigne (1533-1592) começavam a discutir em profundidade o papel desempenhado pelas mulheres nessa nova realidade (Schiff, 1910).

## 6. Pressupostos religiosos da subalternização da mulher

No livro *When God Was a Woman*, Stone (2019) mostra como a invenção do mito de Adão e Eva determinou, no Ocidente e seus domínios, a submissão das mulheres aos homens. A autora questiona, no princípio, o que mais poderíamos esperar de uma

sociedade que por séculos ensinou crianças pequenas, tanto mulheres quanto homens, que uma “divindade masculina” criou o universo e tudo o que há nele, produziu o HOMEM em sua própria imagem divina — e então, como uma reflexão tardia, criou a mulher, para obedientemente ajudar o homem em seus esforços? E, conclui que a imagem de Eva, criada para seu marido, de seu marido, a mulher que supostamente causou a queda da humanidade, tornou-se de muitas maneiras a imagem de todas as mulheres.

Em Gênesis 2:21-22, a propósito da inferioridade da mulher, diz-se o seguinte: “Então, o Senhor Deus fez cair um sono pesado sobre Adão, e *este* adormeceu; e tomou uma das suas costelas e cerrou a carne em seu lugar. E da costela que o Senhor Deus tomou do homem formou uma mulher; e trouxe-a a Adão”. Como se vê, é a partir de uma costela de Adão que Deus cria Eva, porque “Não é bom que o homem esteja só”. A Eva surge como criatura secundária porque nas palavras do Criador: “Vou fazer uma auxiliar que lhe corresponda”. Deste modo, pode-se aferir que, se ser auxiliar é ser aquele(a) que desempenha o papel inferior, ajudante e, portanto, do superior, então, o tratamento discriminatório da mulher foi, também, biblicamente legitimado. Se aquilo que produziu a mulher é a costela, parte ínfima do homem, então, não se podia esperar que o “produto” (mulher) fosse superior, senão inferior!

Nos textos fundadores das grandes religiões, as mulheres, quando mencionadas, são inferiorizadas e nunca consideradas enquanto sujeitos. Os versículos bíblicos se dirigem exclusivamente aos homens, como se tivessem sido redigidos por homens, para homens. Entre esses escritos, os de Paulo de Tarso (São Paulo) são explícitos. Assim, esta crença, segundo a qual a mulher teria sido criada a partir dos ossos do homem, parece



F. Z. Mataruca

estar socialmente legitimando o machismo, que pode ser reforçado por Paulo em Efésios 5:22-24, quando aconselha que: “As mulheres sejam submissas ao seu próprio marido, como ao Senhor. Porque o marido é a cabeça da esposa, assim como Cristo é a cabeça da igreja, seu corpo, do qual ele é o Salvador”.

Embora devam ser inseridos no contexto da época, não deixa de ser verdade que foram muito utilizados, nos séculos seguintes, para justificar a subordinação das mulheres. A condição inferior conferida às mulheres é perceptível na expressão da crença segundo a qual somente o homem foi criado à imagem de Deus. O homem não deve cobrir a cabeça, pois é a imagem e a glória de Deus, e a mulher é a glória do homem. Pois o homem, de facto, não foi tirado da mulher, mas a mulher foi tirada do homem. Não sendo totalmente uma imagem de Deus, a mulher é um ser imperfeito (I Co, XI, 8).

Os textos sagrados condenam as mulheres, tornando-as responsáveis pela “queda” e por todos os males da humanidade. Poucas pessoas que vivem em sociedades onde o cristianismo, o judaísmo ou o islamismo são seguidos permanecem inconscientes da história de Eva atendendo à palavra da serpente no Jardim do Éden, comendo o fruto proibido e então tentando Adão a fazer o mesmo.

Está visto que em todos os sistemas gnósticos, é sempre a mulher que precipita o mundo na “queda”. As mulheres são claramente identificadas como perigosas para os homens. Ao longo da história, a leitura da Bíblia teve consequências desastrosas para as mulheres, mas os textos fundadores das outras religiões politeístas (hinduísmo e budismo) ou monoteístas (islamismo) também estão impregnados de preconceitos negativos. A feminilidade sempre encerra perigos misteriosos: “Ó vós, que credes! Vossas esposas e vossos lhos são vossos inimigos!

Acautelai-vos!” (Alcorão, LXIV, 14). No texto hinduísta Código de Manu, temos: “É da natureza das mulheres fazer os homens pecarem neste mundo; por isso os sábios não se entregam a elas; pois as mulheres podem tirar do caminho não apenas o ignorante, como também o homem instruído, (tornando-o) escravo do amor e da raiva” (Livro II, 213 e 214).

Não obstante a religiosa não ter particularmente oprimido as mulheres, ela permanece marcada por certo conservadorismo. No Tripitaka ou Cânone Páli, conjunto de textos fundadores do budismo, escritos no século I antes de nossa era, Buda dirige-se aos homens e lhes diz para se afastarem das mulheres, se eles quiserem atingir um alto nível de sabedoria e pureza divina: “As mulheres podem destruir os preceitos puros [...] impedindo os outros de renascer no paraíso. Elas são a fonte do inferno.” Ele adverte seus discípulos: “É preciso desconfiar das mulheres. Para uma que é sábia, há mais de mil que são loucas e más. A mulher é mais secreta que o caminho por onde, na água, passa o veneno. Ela é feroz como um bandido e astuciosa como ele. É raro que ela diga a verdade: para ela, a verdade é igual à mentira, a mentira igual à verdade. Muitas vezes aconselhei os discípulos a evitar as mulheres” (Arvon, 2014, p. 543).

No século XVIII e início do século XIX, através da proposição de que as categorias “masculino” e “feminino” são (categorias) naturais, os tratados médicos apresentam a tese, defendida desde a Antiguidade, da inferioridade das mulheres “por natureza”. Os verbetes “Mulher” e “Homem”, do antropólogo Julien Joseph Virey (1775-1846), são eloquentes. No capítulo “Uma história do homem em geral”, ele escreve: “Os sexos não diferem apenas entre si pelos órgãos destinados à geração, mas também por todas



F. Z. Mataruca

as partes de cada indivíduo.” E acrescenta: “Toda a constituição moral do sexo feminino deriva da fraqueza inata de seus órgãos; tudo está subordinado ao princípio segundo o qual a natureza quis tornar a mulher inferior ao homem” (Virey, 1823, p. 172).

Os políticos disseminaram esses preconceitos em seus discursos. Para André Amar, deputado da Convenção Nacional da Revolução Francesa, ao contrário da mulher, o homem é “forte, robusto, nascido com grande energia, audácia e coragem [...]. Ele enfrenta os perigos e a intempérie das estações graças à sua constituição”.<sup>2</sup> Inversamente, o caráter frágil atribuído às mulheres justifica que elas sejam superprotegidas, sobretudo quando grávidas, e que sejam excluídas de certas atividades que as exporiam ao perigo e colocariam em risco a sobrevivência da comunidade, entre elas, o serviço militar.

Além desses estereótipos sobre as mulheres, transmitidos desde Hipócrates (460 a.C. – 377 a.C.), colocarem em causa a medicina, campo essencialmente masculino, eles são usados metodicamente para justificar a dominação de um sexo sobre outro, a fim de perpetuá-la e consolidá-la. A fraqueza muscular natural e a maior sensibilidade nervosa das mulheres é que lhes permitem suportar os sofrimentos causados pelos “acidentes e incômodos” aos quais elas são submetidas pela natureza (Cabanis, 1844, p. 236). Entre esses “incômodos”, a menstruação serviu muitas vezes de justificativa para a diferença entre os sexos. O sociólogo Émile Durkheim (1858-1917) afirma que as virtudes sobrenaturais atribuídas ao sangue menstrual determinaram os sexos a se separar e a formar, de certo modo, duas sociedades dentro da sociedade. Ele teria sido a principal causa da organização social e da divisão sexual do

trabalho (Makarius, 1974, p. 24).

Assim, considerado impuro, o sangue menstrual foi objecto dos mais fortes e disseminados interditos. Em muitos textos sagrados, a mulher que menstrua é chamada de “suja”, “impura”, “intocável”, “maldita”, como no Levítico (XV):

quando uma mulher tiver um fluxo de sangue de vários dias, fora do período de suas regras, ou se tiver um fluxo que se prolongue para além do período de suas regras, ela estará impura enquanto durar esse fluxo, assim como durante suas regras. Enquanto durar esse fluxo, todo leite sobre o qual ela se deitar será impuro, como é seu leite durante suas regras, e tudo sobre o que ela se sentar será impuro, como durante suas regras. Quem os tocar ficará impuro, deverá lavar suas vestes e banhar-se em água; e ficará impuro até o anoitecer. Quando a mulher estiver livre de seu fluxo, ela contará sete dias: e então estará pura (pp.25-28).

A mulher também é impura depois do parto: durante sete dias se tiver parido um menino e catorze dias se tiver parido uma menina (Lv. XV, 25-28). Por seu turno, no Alcorão, embora a ideia de impureza do sangue menstrual esteja menos presente do que no judaísmo, esse sangue é tabu nas relações sexuais: “Interrogar-te-ão sobre a menstruação das mulheres. Responde: ‘É um mal. Afastai-vos das mulheres durante a menstruação; não vos aproximeis delas enquanto não estiverem puras’” (Alcorão, II, 222). Esse verso, às vezes, é utilizado para legitimar a poligamia, como alternativas nas relações sexuais, enquanto uma das mulheres estiver impura.

Nas sociedades tradicionais, o sangue menstrual que flui periodicamente, seguindo as fases da Lua, sem ferimentos, é investido de uma simbologia muito forte. Esse sangue feminino, de *status* ambivalente maléfico e

<sup>2</sup> Frase dita na Convenção em 9 brumário, 1793 sessão de 30 de Outubro de 1793, *Tomo 78*, p. 50).



F. Z. Mataruca

benéfico ao mesmo tempo, é considerado um presságio de perigos e males, ele suscita verdadeiro terror, por isso a criação de tabus e sanções em caso de transgressão. Os homens se acautelam do “contágio” evitando o contacto e a visão desse sangue: as mulheres são reprimidas por interditos, colocar sal na comida, tocar as armas dos caçadores, por exemplo – e afastadas de certas cerimónias. Para afastar a mulher da caça, por exemplo, criou-se uma crença popular, muito disseminada na Europa até o início do século XX, segundo a qual o sangue menstrual tinha um cheiro que afugentava a caça.

Segundo o antropólogo Alain Testart (1945-2013), o facto de a caça com armas perfurantes ou cortantes, portanto com derramamento de sangue, ser quase que exclusivamente praticada por homens poderia ser explicada pela proibição da “mistura dos sangues”, o sangue do animal e o sangue menstrual das mulheres. Eles não devem entrar em contacto, sob pena de grandes infortúnios, como a esterilidade das mulheres ou da caça, talvez por ambos estarem investidos de “poderes mágicos” ou porque “durante milénios, e provavelmente desde a pré-história, a divisão sexual do trabalho decorre do facto de a mulher ter sido afastada das tarefas que lembrassem demais a ferida secreta e preocupante que ela carrega dentro de si” Testart (2014, p. 17). A mesma fonte acrescenta que os homens perdem sangue por razões conhecidas, durante a caça ou a guerra, mas o sangue menstrual é incontrolável. As mulheres teriam sido afastadas de certas práticas para que a sociedade fosse protegida desse “poder incontrolável”.

Nos dias de hoje, as mulheres tomam cada vez mais o controlo de seu corpo e denunciam os sistemas de dominação. Por que, então, o patriarcado perdura há tanto tempo em nossas democracias? Talvez por repousar não apenas em uma dominação

económica e política, mas, também, e mesmo principalmente, naquilo que Carol Gilligan chamou de dominação psicológica. Mas a diferença entre homens e mulheres não está inscrita em nossos genes. É desse patriarcado psicológico que precisamos nos livrar para a extinção do patriarcado e alcançarmos a verdadeira emancipação da mulher. O termo “patriarcado” pode soar como um grupo de homens sentados a uma mesa conspirando pela infelicidade das mulheres, mas na verdade se trata de um conjunto de práticas instituído há milénios para manter as mulheres sob o domínio masculino (Stone, 2019, p. 9).

## 7. Emancipação da Mulher como um valor da Luta de Libertação Nacional

A participação das mulheres na luta pela libertação de Moçambique pode ser analisada sob dois pontos de vista. Por um lado, pode ser vista como o resultado do esforço dos homens dirigido às mulheres, mas, por outro, pode também ser vista como um despertar das próprias mulheres, que procuravam a auto-afirmação perante um processo do qual estavam excluídas. No primeiro caso, podemos falar da emancipação da mulher, termo que implica os esforços que o actor faz em benefício dos outros. No segundo, pode-se falar em “afirmação” da mulher, sugerindo que a iniciativa partiu dela, porque, como defende Chiziane (2017), “ninguém te dará paz senão tu mesmo. Ninguém te irá embalar senão a força do teu canto. Ninguém te dará liberdade, se não lutares por ela. Só tu conheces a dor e a solidão do teu percurso. Luta e vence, que não há escravatura eterna” (p.19).

Existem fragmentos históricos que mostram que, desde o início da luta, os protagonistas da epopeia libertária começaram a estudar seriamente o problema da ideologia que legitimava a dupla opressão das mulheres.



F. Z. Mataruca

Por um lado, as mulheres eram vítimas do sistema colonial e, por outro, traziam também consigo os preconceitos que lhes eram impostos pela tradição (Arquivo Oliveira Salazar, UL-32C). Estes preconceitos impostos pela sociedade tradicional e as barreiras do sistema colonial constituíram um campo de contradições no âmbito da participação na luta de libertação nacional. Segundo Zimba (2012):

entendemos por participação da mulher moçambicana na Luta, as contribuições específicas das mulheres neste processo, incluindo: (i) circulação de informação durante a fase preparatória da Luta; (ii) participação clandestina na Luta, o que inclui várias formas, como fornecimento de alimentos e água potável, e mobilização de militantes para aderirem à FRELIMO; (iii) transporte de material de guerra e outros acessórios imprescindíveis à guerra; (iv) trabalho no âmbito social, com destaque para as áreas de enfermagem, os cuidados das crianças e dos idosos (p.15).

A discussão em torno destas questões teve como objectivo descobrir de que forma as mulheres poderiam ser incluídas no processo de luta e levou à conclusão clara de que, para as mobilizar para a plena participação no movimento de libertação, estes dois obstáculos tinham de ser ultrapassados. Contudo, os fragmentos históricos que chegaram até nós, não fornecem uma explicação clara do porquê de os homens – e só os homens – terem de negociar a inclusão das mulheres na sua ausência (Arquivo Oliveira Salazar, UL-9C, caixa 803, parte 2).

Na esteira da Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO), havia também acesos debates entre mulheres - e apenas entre elas - que se encorajavam mutuamente a participar da luta de várias formas: abrigo de jovens que fugiam de Moçambique para se

juntarem ao movimento de libertação, fornecendo informações e alimentos aos guerrilheiros, transportando material de guerra, cuidando de feridos, de crianças e idosos e realizando outras actividades que eram necessárias na época (PIDE/DGS, 1ª Secção Central de Informação, protocolo SR I 60).

A emancipação da mulher moçambicana é um dos valores forjados pela luta de libertação nacional. A necessidade da emancipação da mulher nasce do pressuposto de que não bastava a libertação nacional sem a libertação social, isto é, a simples expulsão do colonizador, o estrangeiro, “algo que traz à tona a decisão de não circunscrever a luta a mudanças de bandeiras e cor de dirigentes” (Vieira, 2011, p. 8). Havia, portanto, uma indiscutível interdependência e reciprocidade entre a libertação nacional e a libertação social, por ambas se completarem mutuamente.

Por que razão, então, se deve, no actual contexto buscar esta realidade histórica distante? A resposta pode estar numa diversidade de factores. Para começar, Bloch (2002), falando sobre a forte solidariedade das épocas históricas, diz o seguinte: “A incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado” (p.65). Isto é, nós possuímos elementos que nos ajudam a compreender a situação da mulher moçambicana no passado e, igualmente, temos o presente contendo os desafios das batalhas emancipatórias rumo ao futuro.

Como foi visto nos pontos precedentes, a luta que a mulher moçambicana trava, em diferentes âmbitos, para a sua plena libertação social, tem uma longa história. Há necessidade de buscar as experiências desse passado de luta, inspirados nas acções (vitoriosas ou fracassadas) de mulheres e homens de outros tempos, porque, segundo Vieira (2011) “a vontade de libertação



F. Z. Mataruca

nacional alimentou-se também do que nos transmitiam, em surdina, os pais e avós, para além das feridas que carregávamos” (p.7).

Em segundo lugar, a luta da mulher moçambicana é parte integrante da nossa História Pátria, presente nas nossas memórias. O já citado Vieira (2011), na mesma página, enfatiza que “Os povos sem memória transformam-se em folhas arrastadas pelos ventos da conveniência e em argila mole moldada pelos donos da globalização. Carecerão as novas gerações dos esteios do patriotismo, ama-se o que se conhece e o que se ignora não existe. Não pode haver a auto-estima, que Guebuza preconiza, sem que muitos partilhem da vivência e recordação do acontecido” (p.7).

Estas afirmações são corroboradas pelo escritor moçambicano, Grandal Nkepe, que encontra a seguinte ligação indissociável entre o passado e o futuro do povo: “(...) um país não é só paisagem e arquitectura, é também memória. Evidentemente, um país que não preserva a sua memória não garante o seu futuro” (Nkepe, 1994, p.5). Sem memória não se pode realizar os desafios do presente e do futuro, porque, “Se conhecemos ainda tão pouco sobre o nosso passado, que esperança devemos ter de que saberemos algo sobre o nosso futuro?” (Moreira, 2023, p. 24).

A emancipação da mulher apenas foi iniciada em outro contexto de luta e é uma missão que deve ser continuada em novos contextos, já que “Cada época, cada civilização e cada geração definem um objectivo que a seus olhos constitui a sua própria contribuição para a história dos homens” (Ngoenha, 1993, p. 7). Na senda do anterior autor, Pepetela<sup>3</sup> (2000) defende que “O mais importante para uma geração é dar qualquer coisa de bom à seguinte, um

projecto, uma bandeira” (p.304). Este projecto e esta bandeira consistem no triunfo definitivo da causa da mulher moçambicana, a sua completa emancipação, num contexto em que os seus anseios são outros, sempre inseridos no paradigma participativo/inclusivo, entre eles a paz, a segurança e o desenvolvimento do país, devendo ocupar posições decisórias, não como simples acompanhante do homem. Esta luta da mulher, pelo triunfo das novas ideias e novos valores, não deve ser “uma luta entre a velha e a nova geração, entre pessoas velhas e as pessoas novas. Um jovem que vive a vida e os ideais feudais ou burgueses da velha sociedade está mais ultrapassado do que um homem de idade que luta constantemente para se integrar na nova sociedade e se libertar das cargas e dos preconceitos reaccionários que lhe haviam inculcado” (FRELIMO, 1977, p. 94).

Para os combatentes da Luta de Libertação Nacional de Moçambique, a emancipação da mulher era um valor, *conditio sine qua non* do processo revolucionário, parte integrante da causa em que se encontravam engajados. Era uma causa que deveria vencer. Então, em que se fundamentou a preocupação pela simultaneidade da luta de libertação nacional e a emancipação da mulher? Dito de outro modo, por que razão os dois processos históricos não poderiam ocorrer em momentos diferentes, priorizando a libertação nacional do jugo colonial e, posteriormente, enveredando-se pela libertação social, na qual a emancipação da mulher se integraria?

A resposta à questão colocada pode residir no princípio samoriano de evitar que o mal se enraizasse, ganhasse espaço e se transformasse em tradição negativa da FRELIMO e da sociedade, aplicando, por esta cautela, o princípio de matar o jacaré enquanto pequeno. Para os defensores da importância da libertação da mulher, este acto não era um favor, estava inserido num dos

<sup>3</sup> Pseudónimo de Artur Carlos Maurício Pestana dos Santos, escritor angolano.



F. Z. Mataruca

objectivos essenciais do processo revolucionário em curso. Porque, como defendia Samora Machel, “a emancipação da mulher não é um acto de caridade, não resulta duma posição humanitária ou de compaixão. A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição do seu triunfo” (Machel, 1979, pp. 14-15).

Pela interiorização e admissão da libertação da mulher, isto é, a sua inclusão, estavam criadas as condições para a continuidade e triunfo da luta revolucionária. Novamente Machel (1979), “Não se pode liquidar só uma parte da exploração e da opressão, não se pode arrancar metade das raízes da erva ruim sem que esta renasça mais forte ainda a partir da outra metade que sobreviveu” (p.15).

Esta luta pela emancipação da mulher era uma luta cultural, portadora de profunda mudança, visando a criação do Homem Novo. Mas, em que consistia ser Homem Novo? O Homem Novo é “aquele que embora consciente das suas limitações trava consigo mesmo o combate interno permanente para superar as insuficiências e influências reacçãoárias que herdou” (FRELIMO, 1977, p.94), das sociedades tradicional feudal e colonial fascista.

O esforço da mulher, “companheira inseparável do homem engajado”<sup>4</sup>, não devia ser unilateral, o homem foi, igualmente, chamado a engajar-se neste combate emancipatório, como recomendava Samora Machel: “Devemos particularmente criar uma nova atitude na mulher, emancipá-la na sua consciência e comportamento, e ao mesmo tempo inculcar no homem um novo comportamento e mentalidade em relação à mulher” (Machel, 1973, p.4). Isto passava pela mudança de atitude no seio dos

<sup>4</sup> Excerto do Hino da Mulher Moçambicana.

combatentes, de ambos os sexos:

nós devemos garantir que todos os militantes e quadros estão comprometidos a respeitar o Destacamento de Mulheres e enxergar seus membros como suas mães, irmãs e esposas. Nossas camaradas mulheres devem assumir seus deveres e correctamente entender sua missão como mães da revolução, como educadoras da futura geração que será a continuidade da revolução. Elas devem também aprender a respeitar seus próprios corpos. Também há uma necessidade de enfrentar preconceitos reacçãoários entre ambos, homens e mulheres, sobre as habilidades das mulheres e seus papéis na revolução, na sociedade e em casa (Machel, 1972, p. 1).

Por outras palavras, a integração da emancipação da mulher moçambicana, tanto na Luta de Libertação Nacional, como no presente e no futuro é uma confirmação de que “não basta que seja pura e justa a nossa causa. É necessário que a justiça e a pureza existam dentro de nós”<sup>5</sup>. Daí o imperativo da libertação social da mulher moçambicana, pela sua emancipação.

A actuação das mulheres no processo revolucionário foi antecedida pela sua participação em movimentos contra o colonialismo. Antes mesmo do início da luta armada, camponesas cumpriram um papel estratégico na propaganda anticolonialista. A iniciativa de participar militarmente na luta de libertação partiu das próprias mulheres. Desde 1965, um grupo de mulheres camponesas havia solicitado treino militar à Frelimo com o intuito de defender as populações que se encontravam sob sua responsabilidade, tornando-se o primeiro Destacamento Feminino, apesar dos documentos e notícias mencionarem a sua criação apenas no ano de

<sup>5</sup> Poema *No povo buscamos a força*, de Jorge Rebelo, combatente da Luta de Libertação Nacional.



F. Z. Mataruca

1966, em uma reunião do Comitê Central. Isto demonstra que, ao menos em princípio, o motivo da reivindicação feminina para combater não se fundamentou em uma formação política, mas na necessidade que sentiram estas camponesas de se unirem em torno de uma causa colectiva para o seu bem e o de suas famílias (Santana, 2009, p. 73).

Continuando o debate, as mulheres não queriam receber a chamada emancipação, lutavam para a conquistar, para a merecer, enfrentando homens que eram incapazes de admitir. E é aqui que a teoria da emancipação é necessária. Christian Welzel introduziu os conceitos de valores emancipatórios e valores seculares. Para ele, os valores emancipatórios passam, portanto, pela liberdade de escolha e pela igualdade de oportunidades, pela liberdade de estilo de vida, pela igualdade de gênero, pela autonomia pessoal e pela voz do povo. A teoria dos valores emancipatórios de Welzel baseia-se na ideia de que as pessoas têm um desejo universal de liberdade da dominação. A teoria sugere que os valores emancipatórios motivam as pessoas a agir e que podem levar à mudança social. Segundo esta teoria, o desejo humano é a vontade de viver livre de dominação. À medida que o processo avança, as pessoas, percebendo o valor das liberdades que estão a conquistar, tomam medidas para as proteger. Ao mesmo tempo, a força da solidariedade torna-se irresistível e, consequentemente, os governantes ou aqueles que as mantêm cativas são forçados a garantir liberdades e a submeter-se a pressões para proteger essas garantias (Welzel, 2013, p. 39).

Desde cedo, à luz da experiência cultural da poligamia e do *lobolo*, por exemplo, a mulher tinha consciência de que era ela quem assegurava, na maior parte do ano, a vida do homem. A prática do *lobolo* e da poligamia tinha uma base económica mais óbvia. O motivo dado para o *lobolo* era que se

tratava de uma compensação pela transferência de um membro, portanto, mão-de-obra, de uma família para outra. Na poligamia, o marido, como chefe e dono da família, tomava várias esposas para também aumentar a força de trabalho disponível para ele, além de engrandecer o seu poder e a família. E, por não constituir uma posse, mas ausência, o polígamo é descrito deste modo: “Em matéria de presença, um marido polígamo é tal qual um amante. É aquele que vem, aquele que vai, aquele de quem nunca se sabe quando parte e quando volta, é como a chuva, o marido polígamo...O que é um marido polígamo senão um ser errante que se espalha pelo mundo, como uma nuvem, uma semente, uma pluma, um pedaço de ar? Por acaso pode-se exigir direitos ao vento?” (Chiziane, 2006, pp. 310-311).

A inclusão das mulheres, em virtude de sua própria competência, era inevitável. Após acaloradas discussões, a FRELIMO chegou à conclusão de que o desenvolvimento da produção para as necessidades da guerra era essencial, e esse aspecto já fazia parte das actividades desenvolvidas pelas mulheres. O novo elemento da discussão foi a decisão de que a participação das mulheres deveria ser garantida não apenas nas tarefas de produção, mas também na liderança da luta armada em todos os níveis, inclusive nas reuniões do Comitê Central. O primeiro grupo de mulheres, principalmente de Cabo Delgado e Niassa, foi treinado em Nachingwea, onde um corpo feminino foi formado. Entrevistas com guerrilheiras fornecem informações sobre as experiências de algumas mulheres. Philomena Likune foi uma das primeiras 25 mulheres Makonde a passar pelo treinamento. Em uma entrevista publicada em 1983, ela observou que havia pessoas que se opunham à proposta de criação de uma unidade feminina no exército da FRELIMO. Ela disse que havia dúvidas sobre a capacidade das mulheres de



F. Z. Mataruca

lutar na guerra e acreditava-se que sua contribuição ao processo revolucionário deveria se limitar ao trabalho no campo e outras tarefas de apoio às guerrilhas. No entanto, “quando a liderança da FRELIMO decidiu que faríamos esta experiência, os resultados foram excelentes. Nenhuma de nós caiu durante o treinamento, corremos longas distâncias sem problemas, conseguimos convencer as pessoas de nossas habilidades” (Tempo, março de 1983, p. 22).

Ainda de acordo com a revista Tempo (1983), Mónica Chitupila também foi integrante desse primeiro grupo de treinamento e, em sua entrevista, ela mostrou a importância da inclusão das mulheres no seio dos guerrilheiros ao dizer: “fizemos o trabalho de mobilização de pessoas, produção agrícola, para alimentar os combatentes. Nosso trabalho foi importante porque havia pessoas que estavam convencidas de que a guerra duraria pouco e, por isso, se desesperaram. Tínhamos que encorajá-las. Realizamos essas tarefas, mas foi somente após a preparação política em Nachingwea que nossas ações se tornaram mais enérgicas” (p. 23).

Assim, assumindo que a posição de guerrilheira constituía uma conquista para as mulheres, uma vez que era essencialmente uma experiência para ver se elas seriam capazes de assumir tal tarefa, e dado o seu desempenho no campo de batalha durante esta primeira sessão de treinamento, a FRELIMO reconheceu oficialmente a componente militar feminina. Durante os combates, as mulheres assumiam a tarefa de defesa, enquanto os homens se dedicavam à tarefa de fazer avançar os guerrilheiros. No entanto, também houve quem preferisse estar nas batalhas ao lado dos homens. Entretanto, sua maior contribuição foi na esfera política. Elas mobilizavam a população, especialmente as mulheres, em um esforço para despertar a

“compreensão política da guerra” e o apoio ao movimento. Esta ação permitiu que o destacamento feminino crescesse significativamente (Voz da Revolução, Janeiro de 1970, pp. 1-13).

Muitas mulheres que não faziam parte do Destacamento Feminino, entre as já citadas anteriormente, continuaram a contribuir para a revolução de outras maneiras, como: transportando materiais, produzindo alimentos para as combatentes; como informantes, professores ou enfermeiros. Neste sentido, um caso memorável foi o de uma carregadora de armas que, mesmo depois de perceber que seu filho, amarrado ao seu corpo, havia morrido em uma explosão durante o trajeto, não parou no caminho, cumprindo a missão de entregar as armas que transportava à Frelimo (Tempo, Outubro de 1982, p. 13).

As mulheres tornaram-se essenciais para as atividades políticas da organização FRELIMO. Outra participante desse primeiro grupo de treinamento militar feminino testemunhou na revista Voz da Revolução que não era fácil para as mulheres obterem tal posição:

quando nós, mulheres, começamos a trabalhar, nossa participação encontrou forte resistência, pois era contrária às nossas tradições. Lançamos então uma campanha massiva explicando por que nós também devemos lutar, que a guerra travada pela FRELIMO era uma luta popular na qual todo o povo deveria participar, que nós, mulheres, éramos ainda mais oprimidas que os homens, que tínhamos os mesmos direitos e a mesma determinação para lutar. Insistimos em que nos fossem fornecidos treinamento militar e armas (Voz da Revolução, Março de 1979, p. 28).

Os depoimentos feitos demonstram o contributo da mulher na libertação do país do jugo colonial, lado a lado com o compatriota,



F. Z. Mataruca

masculino. Embora relevante o papel desempenhado, está claro que a emancipação da mulher moçambicana não está concluída. Os sucessos conseguidos no passado animam a sociedade para a continuidade da luta emancipatória e diante dos desafios da actualidade, o país tem que continuar a adoptar e implementar políticas e práticas de equidade de género para o pleno desabrochar e aproveitamento integral das capacidades da mulher, porque, como diz o provérbio zambeziano, a “Mulher é terra, sem semente, sem regar, nada produz” Chiziane (2006, p.9).

Gustave Le Bon, reconhecendo tanto o papel da tradição como a importância da modernidade nas sociedades, propôs o seguinte: “Sem tradições, não há civilização; sem a destruição das tradições não há progresso. A dificuldade está em encontrar o justo equilíbrio da estabilidade e da variabilidade e esta dificuldade, devemos confessá-lo, é imensa” (Le Bon, 1909, p. 62). Nesta linha, a luta pela emancipação da mulher deve aliar a tradição e a modernidade, devendo-se assumir as contribuições dos novos tempos sem, contudo, romper com os aspectos positivos do passado, seguindo, por exemplo, este conselho que parece ainda útil: “se queres um homem prenda-o na cozinha e na cama” (Chiziane, 2006, p.45). Estas duas funções tradicionais não conflituam com a emancipação da mulher, podendo, portanto, conviver com a modernidade.

## 8. Considerações Finais

Do trabalho aqui desenvolvido, conclui-se que, tanto nas sociedades pré-colonial, colonial e pós-independência, as mulheres moçambicanas foram vítimas de discriminação através da sua exclusão e subordinação aos homens. A luta de libertação nacional de Moçambique foi parteira da verdadeira emancipação e afirmação da

mulher moçambicana. Apesar desta vitória, esta emancipação não está concluída, porque em cada contexto constroem-se novas barreiras e metamorfosam-se os diferentes tipos de discriminação ainda por derrubar. Como em qualquer processo histórico, as mulheres tomam consciência dos novos desafios e, em face destes, elas aperfeiçoam as suas estratégias e táticas de luta. Esta consciência das mulheres torna-se uma força que as leva a agir para mudar sua própria situação e construir um novo relacionamento com a sociedade ainda, infelizmente, dominada pelos homens.

Ao longo do nosso estudo, notámos a resistência da tradição e, simultaneamente, apelamos para a mudança cultural, um processo difícil, mas que exige o convívio entre a tradição e a modernidade.

Um dos desafios a ter em conta é referente à reforma da educação tradicional familiar, repensar na distribuição de tarefas domésticas na base de género. Daqui se pode recomendar o seguinte:

- Incentivar a formação escolar, profissional e académica da rapariga, não se devendo retirar a rapariga da escola por causa da gravidez, porque, mesmo que ela ocorra ela não constitui patologia, devendo-se incrementar a educação sexual de raparigas e rapazes;
- Nas instituições evitar incumbências discriminatórias de funções, dando-se oportunidade a cidadãos de ambos os sexos, evitando a masculinização das instituições, porque o ponto de partida da sociedade é a maternidade e a família, prolongando-se na comunidade, escola, igreja/mesquita até ao nível macro da sociedade;
- As famílias devem tomar consciência sobre casamentos prematuros e educar os filhos para evitá-los a fim de



F. Z. Mataruca

garantir o crescimento e a formação dos filhos, particularmente as raparigas, visto que investir na formação da rapariga, dando tratamento igual ao destinado aos rapazes.

Muitas famílias negligenciam a formação da rapariga, esquecendo-se que “Se você educar um homem, educa um indivíduo, mas se educar uma mulher, educa uma nação”<sup>6</sup>. Além disso, a experiência tem mostrado que quem mais cuida dos pais, na velhice destes, são as filhas. Para cargos de chefia e liderança, nomear e promover os cidadãos de ambos os sexos na base de competência, porque, se forem nomeadas mulheres sem competência, pode-se legitimar o preconceito da inferioridade da mulher. A esse respeito, é justo concordar com Comodora Sidónia Fiosse Massangaie, Directora do Gabinete de Saúde Militar do Estado-Maior General, quando salientou que as mulheres devem lutar para serem eleitas “com base na sua competência e não por serem mulheres” (Massangaie s/d, cit. em Taimo, 2022, p. 77).

## Referências

- Balzac, Honoré de (2013). *A fisiologia do casamento (A comédia humana, vol. 17)*. São Paulo: Biblioteca Azul.
- Beauvois, Simone de (2009). *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira,
- Bloch, Marc (2002). *Apologia da história ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Boahen, Albert Adu (2010). África sob dominação colonial, 1880-1935. In Alberto Adu Boahen (Org.). *História geral da África, VII*. Brasília: UNESCO, pp. 1-1010.
- Boitard, Pierre (1861). *Paris avant les hommes*. Paris: Passard.
- Cabral, Amílcar (1976). *A arma da teoria - Unidade e Luta I*. Lisboa: Seara Nova.
- Caetano, Marcello (1969). AMC- Arquivo Marcello. cx. 31, *Correspondência/JARDIM, Jorge Pereira, n.º 64, Anexo 3*. Lisboa: PT-TT.
- Caetano, Marcello (1969). Caixa 31, *Correspondência/JARDIM, Jorge Pereira, N.º 34, Anexo 2*. Lisboa: PT-TT.
- Chiziane, Paulina (2006). *Niketche - Romance*. Maputo: Ndjira.
- Chiziane, Paulina (2017). *O canto dos escravos*. Maputo: Matiko e Arte, Lda.
- Durkheim, Émile (1897). *A proibição do incesto e suas origens*. Paris: Année sociologique.
- Estanqueiro, António; Vigigal, Mário & Antunes, Alberto (2001). *Filosofia 10.º Ano, 1(5.ª ed.)*. Lisboa: Editorial Presença.
- FRELIMO (1963) "Apontamento N.º 1.005 - *Actividade da "Frelimo" no Malawi - Makangila*", Mcx. 31, n.º 34, Anexo 2 - Comp. Marcello Caetano.
- FRELIMO (1962) *Apontamento N.º 1.011 - Actividade Subversiva Proveniente do Malawi*", 1ª Secção Central de Informação, protocolo SR I 60. Comp. PIDE/DGS.
- FRELIMO (1961) *Atitudes individuais subversivas, suspeitas ou susceptíveis de subversividade - Nacionais na Niassalândia ( actual Malawi ) - UL-9C, caixa 803, parte 2 - Comp. Arquivo Oliveira Salazar.*
- FRELIMO (1961). *Informações recebidas em português e inglês do Consulado e da Policia da África do Sul sobre alguns indivíduos suspeitos - UL-32C, caixa*

<sup>6</sup> Provérbio Africano



F. Z. Mataruca

- 708, p. 26. Comp. Arquivo Oliveira Salazar.
- FRELIMO (1977). *Poesia de combate 2*. Maputo: Edição do Departamento de Trabalho Ideológico.
- FRELIMO (1977). *Relatório do Comité Central ao 3º Congresso*. Maputo: Departamen do Trabalho Ideológico da FRELIMO.
- FRELIMO. (1970). *A Voz da Revolução - Das contradições no nosso seio*. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO.
- FRELIMO. (1977). *Poesia de Combate 2*. Maputo: Edição do Departamento de Trabalho Ideológico.
- FRELIMO. (1977). *Relatório do Comité Central ao 3º Congresso*. Maputo: Departamen do Trabalho Ideológico da FRELIMO.
- FRELIMO. (1978). *Voz da Revolução*. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO.
- FRELIMO. (1979). *A Voz da Revolução - Órgão oficial da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO)*. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO.
- Giddens, Anthony (2010). *Sociologia* (8.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Héritier, Françoise (2010). *La différence des sexes*. Paris: Bayard Jeunesse.
- Japiassu, Hilton & Marcondes, Danilo (2001). *Dicionário básico de filosofia, terceira edição revista e ampliada*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Lerner, Gerda (2019). *A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens*. São Paulo: Cultrix.
- Machel, Samora (1979). *A libertação da mulher é uma necessidade da revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo*. Maputo: Departamento do Trabalho Ideológico da FRELIMO.
- Machel, Samora (1972). *A liderança é colectiva, a responsabilidade é colectiva. Resumo das Recomendações do Presidente feita em reunião conjunta com instrutores e outros quadros no Centro para Treinamento Politico e Militar da FRELIMO*. Dar-es-Salaam: DIP-FRELIMO.
- Machel, Samora (1973). *Educar o homem para vencer a guerra criar uma sociedade nova e desenvolver a Pátria (Mensagem do Presidente da Frelimo, à 2ª Conferência do Departamento de Educação e Cultura*. Dar Es Salaam: Departamento de Educação e Cultura – DEC.
- Makarius, Laura Lévi (1974). *O sagrado e a violação dos interditos*. Paris: Payot.
- Martinez, Francisco Lerma (2009). *Antropologia cultural* (6ª ed.). Maputo: Paulinas Editorial.
- Marylène, Patou-Mathis. (2022) *O homem pré-histórico também é mulher - uma história da invisibilidade das mulheres*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Mataruca, Francisco Zacarias (2011). *Importância dos valores culturais no desenvolvimento das Forças Armadas de Moçambique*. Lisboa: IUM - Instituto Universitário Militar IUM - Centro de Recursos de Conhecimento.
- Moller, Maria Alçada Baptista & Gomes, Jorge Filipe da Silva (2010). *Quid vinci? O impacto da liderança feminina na implicação organizacional. Análise Psicológica, 4 (XXVIII), 683-697*.
- Moreira, Filipe Arnaut (2023). *O domínio do poder: compreender as causas e os*



F. Z. Mataruca

- interesses da Geopolítica mundial* (2.<sup>a</sup> ed.). Lisboa: Grupo Planeta.
- Muianga, Aldino (1992). *Magustana*. Maputo: Texto Editores, Lda.
- Ngoenha, Severino Elias (1993). *Das independências às liberdades*. Mafra: Edições Salesianas.
- Nkepe, Rafael André Luís Grandal (1994). *Casa da justiça*. Maputo: Minerva Central.
- Pachinuapa, Raimundo (2011). *Memórias da revolução*. Maputo: CPHLLN.
- PIDE/DGS (1964). *Apontamento N.º 1.041 - Apontamento N.º 1.041 - Actividade Subversiva Proveniente do Malawi", 1.º Departamento Central de Informação, protocolo SR I 507/61*. Lisboa: PT-TT.
- Rosenthal, Mark Moisevich & Yudin, Pavel Fyodorovich (1972). *Dionário filosófico*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Salazar, Antonio de Oliveira (1959). *Actividade da MANU-Mozambique African National Union - Arquivo Oliveira Salazar, UL-32C, cx. 708, pt. 26*. Lisboa: PT/TT/AOS.
- Salazar, Antonio de Oliveira (1951). *Situação política em Moçambique. Actividade da UDENAMO- União Democrática Nacional de Moçambique. Actividade da MANU - Arquivo Oliveira Salazar, UL-9C, cx. 803, pt. 2*. Lisboa: PT/TT/AOS/D-N/018/0004/00002.
- Salvagni, Julice & Canabarro, Janaina (2015, Maio/Agosto). Mulheres líderes: as desigualdades de género, carreira e família nas organizações de trabalho. *Revista de Gestão e Secretariado - GeSec, São Paulo, 6(2)*, 88-110.
- Santana, Jacimara Souza (2009). A participação das mulheres na Luta de Libertação Nacional de Moçambique em Notícias. *Revista Tempo* (1975-1985). *Sankofa. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana* N.º 4, dez pp. 67-87.
- Santos, Ana Margarida Costa (2012). *Liderança no feminino: um estudo de caso*. Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Santos, Boaventura de Sousa, e Maria Paula Meneses (2010). *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes' - Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina
- SCCIM (1969). *Apontamento N.º 1.052 - Actividade subversiva proveniente do Malawi" - Anexo 3, SCCIM, n.º 781*. Lisboa: PT-TT.
- Schiff, Mário (1910). *La fille d'alliance de montaigne*. Paris: Honoré Champion.
- Silva, Fernanda Borges da & Berra, Lizete (2018). Desafios das mulheres em cargos de liderança. *Revista Destques Acadêmicos, Lajeado, 10(1)*, 166-185.
- Spricigo, Cristiane (2017). *Gestão empresarial: Estudo de caso em uma empresa da Região Sul do Brasil*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Stone, Merlin (2019). *Quando Deus era mulher*. São Paulo: Goya Editora.
- Taimo, Teresa (2022). *A mulher na defesa da Pátria - Ensaio Literário*. Maputo: TPC Editora.
- Taveira, Marta de Pinho (2018). *A liderança feminina em Portugal: um estudo qualitativo*. Porto: Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto.
- TEMPO. (29 de Out de 1982). *Revista Tempo, Maputo, Nr 623*, pp. 22-45.
- TEMPO. (Marc de 1983). *Revista Tempo, nr. 546*, pp. 1-53.



F. Z. Mataruca

- Testart, Alain (2014). *A amazona e a cozinheira: antropologia da divisão sexual do trabalho*. Paris: Gallimard.
- Virey, Jean-Joseph (1824). *Histoire naturelle du genre humain, Tome deuxième*. Paris: Crochard, libraire-éditeur.
- Welzel, Christian (2013). *Freedom rising: Human empowerment and the quest for emancipation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Zamparoni, Valdemir Donizette (2001). Chibalo: trabalho livre, trabalho escravo? As discussões em torno do trabalho compulsório em Moçambique Colonial. *Anais Porto - Colóquio Internacional da Universidade de Évora*, pp. 81-118.
- Zimba, Benigna (2012). *A mulher moçambicana na Luta de Libertação Nacional - Memórias do Destacamento Feminino*. Maputo: CPHLLN.